

Imperialismo imobiliário

Trump não vai ocupar o Canadá, invadir o Panamá ou conquistar a Gronelândia, mas está a afirmar que tem o direito imperial a constituir a sua esfera de influência no continente americano.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 22 de Janeiro de 2025

Tomou posse o 47.º Presidente dos EUA. O mesmo que já tinha sido o 45.º. No seu primeiro mandato, ficámos a saber o que significa a America first virada para dentro. No segundo, talvez fiquemos a saber o que significa a America first virada para fora. Antes mesmo da investidura, Trump disse, preto no branco, que poderia usar o poder económico para forçar o Canadá a tornar-se o 51.º estado dos EUA. Que poderia levantar tarifas aos produtos dinamarqueses para forçar a Dinamarca a vender a Gronelândia. E que não excluía a força militar, caso a Dinamarca não quisesse vender. E que também poderia usar a força para tomar o Canal do Panamá.

Adquirir o Canadá, a Gronelândia e o Panamá é uma operação imobiliária digna do seu promotor: um imperialismo imobiliário. Mas são situações muito diferentes. E que valem não tanto pela probabilidade de ocorrerem, mas antes pelo significado político da ideia que veiculam: a do expansionismo americano no seu próprio hemisfério. Este discurso faz sentido, por um lado, no quadro do regresso de Trump à tradicional política externa jacksoniana; e, por outro, no quadro da rivalidade hegemónica entre os EUA e a China.

Primeiro, a rivalidade EUA-China.

No caso do Panamá, o Tratado Torrijos-Carter, de 1977, garantia a abertura do canal aos navios de todos os países, estabelecia uma comissão temporária para a gestão do canal e determinava que, a partir de 31 de Dezembro de 1999, o canal passaria para a jurisdição panamiana. Foi o que aconteceu. Trump diz agora que o canal é operado pela China.

Formalmente, não é verdade, mas não é totalmente mentira. A gestão do canal é detida pela Panama Canal Authority, uma agência do Governo do Panamá. Mas os portos, à entrada e à saída do canal, são geridos pela Panama Ports Company, detida por uma empresa baseada em Hong-Kong – a Hutchison Ports. Ora, à medida que a China abriu a sua economia e as suas exportações cresceram, o Canal do Panamá tornou-se mais importante para Pequim, que não desistiu das suas tentativas de penetração económica e influência política. O Governo do Panamá não recusou essa aproximação.

O caso da Gronelândia explica-se no mesmo quadro e, em particular, pela actual corrida para o Ártico. Trump disse que o controlo da Gronelândia é absolutamente

necessário por questões de “segurança nacional”. Porquê? Porque a gigantesca ilha gelada, com apenas 60 mil habitantes, tem hoje um enorme valor estratégico. Primeiro, porque alberga riquíssimos recursos naturais, incluindo os minerais raros, críticos para as indústrias de alta tecnologia. Depois, porque com a mudança climática o Ártico passou a ser navegável durante o Verão, o que permite encurtar em mais de 40% as rotas comerciais entre a Ásia e a Europa, evitando o Suez ou o Panamá. E, finalmente, porque o triângulo Gronelândia-Islândia-Reino Unido é fundamental para o controlo estratégico das rotas navais, em particular, dos submarinos russos para o Atlântico. É claro que a China não desconhece tudo isto, está na corrida pelo Ártico e há uma década que tenta a entrada na Gronelândia, através de projectos de investimento. Bem vistos pelo governo local, mas bloqueados pela Dinamarca e pelos EUA.

Para os EUA, estas são, certamente, questões de segurança legítimas. Mas o controlo do canal e da ilha poderia concretizar-se, facilmente, por outros meios que não a compra ou a conquista. Isto é, sem a integração no território americano. Porquê, então, tal ideia expansionista?

Precisamente por causa do regresso à política jacksoniana. Desde a Segunda Guerra Mundial que os EUA procuram a hegemonia mundial. Deram prioridade primeiro à Europa, depois ao Médio Oriente e, finalmente, ao Indo-Pacífico. Trump está a regressar à velha prioridade do hemisfério americano. E a proteger a “terra prometida” das intromissões externas. É uma nova velha doutrina Monroe: a América para os americanos. No século XIX, foi primeiro defensiva: para expulsar os europeus. Depois ofensiva: para expandir o território e constituir a sua esfera de influência. É disso que se trata hoje. Trump não vai ocupar o Canadá, invadir o Panamá ou conquistar a Gronelândia. Mas está a afirmar que tem o direito imperial a constituir a sua esfera de influência no continente americano. E que não vai permitir a entrada das outras potências. Só que não há bela sem senão. E ao afirmar o direito à sua esfera de influência está a legitimar a dos outros: a Rússia na Ucrânia e a China em Taiwan. Estamos em plena política de potência. E, quem sabe, numa nova era do colonialismo.

<https://www.publico.pt/2025/01/22/opiniao/opiniao/imperialismo-imobiliario-2119647>